



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 726, DE 2020** **(Do Sr. Carlos Chiodini)**

Dispõe sobre o prazo de validade de certidões.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 2774/25

(*) Avulso atualizado em 1º/9/25 para inclusão de apensado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o prazo de validade de certidões.

Art. 2º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21A:

“Art. 21A. As certidões terão o prazo de validade de noventa dias, salvo se dispuserem sobre fato imutável ou estiverem ilegíveis ou rasuradas, respondendo o interessado civil e criminalmente pela utilização de certidão sabidamente desatualizada.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Constitui praxe nos cartórios, pelo País afora, a exigência de atualização, a cada trinta dias, das certidões necessárias para a prática dos diversos atos notariais e registrais.

Se, por um lado, a apresentação de certidões atualizadas representa uma segurança para as partes envolvidas, porque reflete com mais acuidade a situação jurídica das pessoas e dos bens, a necessidade da atualização a cada trinta dias se mostra exacerbada, podendo ser dilatado este prazo para razoáveis noventa dias.

Essa dilatação no prazo de validade redundará numa maior agilidade na prática dos atos notariais e, ao mesmo tempo, significará importante economia para as partes envolvidas, economia de tempo e de dinheiro.

Como corolário natural dessa alteração legal, enfatizamos, no texto, que eventual utilização ardilosa de certidão sabidamente desatualizada acarretará para o usuário as devidas sanções civis e criminais, com o que queremos, a um só tempo, estimular a boa fé nos negócios e desestimular comportamentos ilícitos.

São as razões pelas quais conclamamos os ilustres Pares a aprovar a presente proposição.

Sala das Sessões, em 18 de março de 2020.

Deputado CARLOS CHIODINI

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

.....

CAPÍTULO IV
DA PUBLICIDADE

.....

Art. 21. Sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o Oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil e penal, ressalvado o disposto nos arts. 45 e 95. [*\(Retificado no DOU de 30/10/1975\)*](#)

Parágrafo único. A alteração a que se refere este artigo deverá ser anotada na própria certidão, contendo a inscrição de que "a presente certidão envolve elementos de averbação à margem do termo".

CAPÍTULO V
DA CONSERVAÇÃO

Art. 22. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 2.774, DE 2025
(Do Sr. José Medeiros)

Dispõe a validade de certidões cujos dados são atuais.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-726/2020.



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Do Sr. JOSÉ MEDEIROS)

Dispõe a validade de certidões cujos dados são atuais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitação de certidões públicas válidas e regularmente emitidas, com dados atualizados, para fins de lavratura de atos notariais e registrais.

Art. 2º A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos Cartórios) passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 30-A. As serventias notariais e de registro deverão aceitar certidões públicas válidas.

§1º Considera-se válida a certidão que contenha dados que não tenham sofrido alterações posteriores à sua emissão, desde que expedidas em prazo inferior a 1 (um) ano da data de sua apresentação.

§2º A verificação da validade de certidões apresentadas poderá ser realizada por meio eletrônico, via sistemas de consultas por intermédio de código verificador de forma a não gerar ônus à serventia nem cobranças ao usuário.

§3º Podem ser cobradas do usuário taxas correspondentes à manutenção e implantação do sistema eletrônico elaborado no §2º, de forma a não onerar as serventias.

§4º Dentro do prazo do §1º, não havendo métodos de verificação de validade gratuitos ou via sistemas de consultas por intermédio de código verificador para a serventia e usuário, este poderá declarar que não houve qualquer alteração da certidão no período, pelo que será civil e penalmente responsabilizado em caso de má-fé”.



Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Certidões públicas possuem natureza declaratória e refletem, de forma objetiva, o conteúdo constante dos registros aos quais se vinculam. Em razão da possibilidade de modificações posteriores por meio de averbações ou retificações, impõe-se, por cautela jurídica, a atualização periódica desses documentos. Nesse contexto, quanto mais recente for a emissão da certidão, maior será a presunção de veracidade e fidelidade em relação à situação jurídica retratada no respectivo assento registral.

Contudo, constata-se a exigência de condicionar a prática de diversos atos à apresentação de certidões emitidas com prazo inferior a noventa dias, mesmo quando os dados constantes da certidão se referem a fatos imutáveis ou que não sofreram qualquer alteração registral, a exemplo de casamentos duradouros. Isso acarreta custos desnecessários, aumento da burocracia e evidente transtorno aos usuários dos serviços prestado pelos cartórios.

Tal conduta revela-se incompatível com os princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa, tornando premente a edição de norma legal que discipline e uniformize os critérios de aceitação desses documentos.

Torna-se, assim, indispensável a formalização de critérios legais uniformes para essa exigência, a fim de conferir maior previsibilidade e segurança jurídica aos procedimentos, promovendo a desburocratização dos serviços notariais e registrais e, sobretudo, a redução dos encargos financeiros impostos.

Outrossim, importante remunerar as serventias pelos serviços prestados e custos envolvidos.

Desse modo, o presente Projeto de Lei visa garantir maior racionalidade, eficiência e segurança jurídica no uso de certidões públicas no âmbito dos serviços notariais e registrais.



Em verdade, a regra proposta tem por escopo estabelecer um marco regulatório claro, que assegure o equilíbrio entre a necessidade de atualização documental e a proteção dos direitos dos usuários frente a exigências excessivas. A fixação de um prazo razoável de validade, vinculado à inexistência de alterações posteriores ao registro, harmoniza-se com os princípios da legalidade, proporcionalidade e eficiência, consagrados no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Assim, este projeto representa um avanço no aprimoramento da prestação dos serviços notariais e registrais no Brasil, promovendo o interesse público.

Isso posto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado JOSÉ MEDEIROS



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE
1994**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8935-18-novembro-1994-349616-norma-pl.html>

FIM DO DOCUMENTO